



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

### Projeto Técnico-Pedagógico

#### 1. Curso: Curso de Extensão em Contas Públicas

##### 1.1. Área do Conhecimento:

**Orçamento**

##### 1.2. Órgão Executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

ISC – Instituto Serzedello

##### 1.3. Responsáveis técnicos pelo Projeto

Área fim: **Valéria Castanho** ([castanho@senado.leg.br](mailto:castanho@senado.leg.br))

##### 1.4. Facilitador de Aprendizagem

- **Josué Pellegrini** ([josueap@senado.leg.br](mailto:josueap@senado.leg.br))

Doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP). É também bacharel em Direito. Foi professor em instituições de ensino superior, como a USP, pesquisador da Fundap do Governo do Estado de São Paulo, na área de sistema financeiro, e Gestor de Políticas Públicas no Ministério da Fazenda, onde trabalhou com assuntos internacionais. Na atividade acadêmica e de pesquisador, realizou trabalhos e produziu artigos sobre sistema financeiro, economia brasileira, finanças públicas e economia internacional. Recebeu o Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia (1996) e o XI, XXI e XXII Prêmios do Tesouro Nacional (2006, 2016 e 2017). Publicou os livros Macroeconomia e, em 2020, Contas Públicas no Brasil, organizado com Felipe Salto e editado pela Saraiva. Escreveu artigos na Folha de S. Paulo, no Valor Econômico e no Estado de S. Paulo. Na Consultoria Legislativa do Senado Federal, produziu estudos relativos à autonomia do Banco Central, reforma tributária, dívida estadual e do governo federal. Foi também coordenador do Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa. Está no exercício do mandato de diretor da IFI, após sabatina na Comissão e Assuntos Econômicos do Senado. Na IFI, vem produzindo vários textos técnicos sobre questões fiscais do Brasil, além de entrevistas e publicações em jornais.

- **Felipe Salto** ([fsalto@senado.leg.br](mailto:fsalto@senado.leg.br))



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Mestre em Administração pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV/EESP e economista também pela FGV-SP. Foi consultor econômico com foco em macroeconomia, contas públicas e contas externas, na Tendências Consultoria (2008-2014). Foi um dos fundadores do Instituto Tellus. Entre 2015 e 2016, trabalhou na assessoria do Senador José Serra, atuando com assuntos econômicos e fiscais. Ministrou aulas nos cursos de pós-graduação lato sensu da FGV/EESP, na área de macroeconomia e macroeconomia brasileira. Publica artigos na Folha de S. Paulo, no Valor Econômico e no Estado de S. Paulo. Em 2016, publicou o livro “Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade”, pela Editora Record. Em novembro de 2016, foi indicado, sabatinado e aprovado em comissão e no plenário do Senado Federal para ser o primeiro Diretor-Executivo da recém-criada IFI – Instituição Fiscal Independente, cargo que ocupa atualmente. Em novembro de 2017, recebeu o Prêmio Jabuti, ao obter a primeira colocação na categoria de Economia, com o livro supracitado. Publicou ainda o livro Contas Públicas no Brasil, em 2020, organizado com Josué Pellegrini e editado pela Saraiva.

### 1.4. Coordenadora geral do curso

- **Telma América Venturelli** ([TELMAV@senado.leg.br](mailto:TELMAV@senado.leg.br))

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2000) e graduação em pedagogia pela Universidade de Brasília (1991). Atualmente, é assessora técnica da escola de governo do Senado Federal, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Trabalha há 17 anos como docente de ensino superior. Trabalha há 13 anos como especialista em EAD e atua como professora e tutora da Universidade Aberta do Brasil nos projetos e cursos de graduação nessa modalidade, na universidade de Brasília.

### 1.6 N° de vagas e público previsto

O público-alvo envolve servidores do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União e da Câmara dos Deputados com o pré-requisito de já possuírem graduação concluída e reconhecida pelo MEC. Serão disponibilizadas 60 vagas, sendo 20 para cada órgão. Em caso de não preenchimento do total de vagas de cada órgão, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelos demais parceiros a que se refere este projeto.

### 1.7. Carga horária:

60 horas-aula remotas.

### 1.8. Período e periodicidade:



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Turno: matutino

Dias das aulas: terças e sextas e eventualmente às quartas-feiras, das 9h às 12h, por meio da plataforma Teams, do Senado, com início no dia 13 de outubro e término no dia 11 de dezembro de 2020, totalizando 60h. Tratando-se de curso na modalidade remota, até o limite máximo de 50% do total de aulas poderá ser convertido em atividades extras, a critério do facilitador de aprendizagem, ser convertido

### 1.8. Calendário de aulas

9h às 12h	OUTUBRO (DIAS)	NOVEMBRO (DIAS)	DEZEMBRO (DIAS)
TERÇA	13,20 e 27	3, 10, 17 e 24	1 e 8
QUARTA		11 e 25	
SEXTA	16, 23 e 30	6,13,20 e 27	4 e 11

### 2. Justificativa:

A situação das contas públicas se agravou nos últimos anos. Embora o controle das contas tenha avançado de 2017 a 2019, a sucessão de elevados déficits resultou em forte aumento da dívida pública que já chegou ao nível recorde de 77% do PIB, ao fim de 2019. Com a crise do coronavírus, o passivo se aproximará rapidamente dos 100% do PIB. Outra forma de financiar as despesas públicas é o aumento da carga tributária, mas o uso dessa fonte alcançou aparentemente o limite aceito pela sociedade, cerca de 33% do PIB.

Sem a geração de superávits fiscais que levem à sustentabilidade da dívida pública, o país corre o sério risco de trazer de volta a inflação elevada que afligiu a população brasileira antes do Plano Real. A inflação é uma forma socialmente penosa de “ajuste” das contas públicas quando a sociedade e os tomadores de decisão não promovem o ajuste de forma ordenada. Não se pode descartar também



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

que a leniência no tratamento da questão fiscal leve a uma situação ainda mais caótica que a inflação elevada, com o desordenamento do processo produtivo, queda da produção e desemprego.

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, foi um avanço importante para sanear as contas públicas ao estabelecer limites para a expansão do gasto federal a cada ano. Se a evolução da receita for satisfatória, o controle dos gastos poderá ser suficiente para garantir a contenção do endividamento público. A existência do limite, se ele for respeitado, requer também um exercício importante para toda a sociedade que é escolher suas prioridades, pois para que uma despesa aumente, outra precisa ser reduzida de modo a acomodar o total do gasto dentro do limite estabelecido.

Essa contextualização foi feita com o intuito de mostrar que a importância da melhor compreensão da situação das contas públicas aumentou muito nos últimos anos. A gravidade da situação exige que a sociedade em geral e os tomadores de decisão, parlamentares e seus assessores, inclusive, conheçam bem o tamanho dos problemas que têm diante de si: gastos elevados, receitas insuficientes, déficit, endividamento, etc. Como a situação chegou a esse ponto? Qual a composição dos gastos públicos no Brasil? Por que são tão elevados? Quais são os resultados? O uso dos recursos públicos é adequadamente avaliado? De onde vêm as receitas que financiam esses gastos? Por que são insuficientes? Que distorções trazem ao funcionamento da economia? Por que há tanta renúncia de receitas? Quais são os componentes da dívida pública? Até que patamar ela pode chegar? Qual o superávit necessário para fazê-la parar de subir? Para que serviria a reforma tributária e da previdência?

A gravidade da situação atual requer respostas para essas e outras questões. Um curso sobre contas públicas deve estar apto a respondê-las. A preocupação dos parlamentares com o assunto é crescente. É possível detectar isso por meio das consultas feitas regulamente à IFI pelos gabinetes. Um curso sobre contas públicas pode atender a essa demanda, elevar o grau de conscientização a respeito da gravidade do quadro fiscal e contribuir para aprimorar a qualidade técnica da assessoria e da atuação parlamentar, bem como tornar o quadro de servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mais qualificado nesta matéria, de modo geral.

### **3. Objetivos:**

#### **3.1. Gerais:**



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Capacitar os alunos a compreender melhor as principais questões relacionadas com as contas públicas, as consequências positivas ou negativas daí advindas e as possibilidades de correção das distorções existentes, sempre com intuito de aprimorar a qualidade do quadro funcional e da atuação parlamentar.

### **3.2. Específicos:**

Ao final do curso, espera-se que o aluno seja capaz de:

- conhecer o significado e os grandes números das principais contas públicas;
- entender as razões que levaram à atual situação das contas públicas;
- saber as principais receitas do governo federal, características, problemas e fontes de informações;
- saber as principais despesas do governo federal, características, problemas e fontes de informações;
- compreender o significado e o papel da dívida pública, principais componentes, a importância da sustentabilidade e fontes de informação;
- saber a situação atual dos regimes previdenciários (RPPS e RGPS) e as propostas de reforma;
- conhecer as várias políticas públicas com seus reflexos sobre os ativos e o balanço patrimonial da União
- dominar conceitos fiscais variados como elasticidade da receita, déficit recorrente e estrutural, margem fiscal, teto de gastos, rigidez orçamentária, gastos tributários, responsabilidade fiscal, etc.;
- compreender os principais instrumentos de transparência das contas públicas;
- entender o papel dos diferentes órgãos de controle;
- saber as relações entre o Tesouro Nacional e o Banco Central;
- conhecer os principais problemas das finanças estaduais, como gastos com pessoal e previdenciário e dívida junto à União;
- compreender o federalismo fiscal brasileiro, com a partilha de receitas e atribuições entre os níveis de governo;



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- entender as propostas de reforma tributária,
- outras questões fiscais relevantes.

### **4. Conteúdo Programático**

O curso será ministrado em 5 disciplinas, com duração média de 12 horas por disciplina. São elas: Introdução às Contas Públicas, Receitas da União, Despesas da União, Dívida Pública e Tópicos Especiais. Seguem os conteúdos programáticos das cinco disciplinas.

#### **1. Introdução às Contas Públicas**

Receitas, receitas primárias e receitas financeiras  
Despesas, despesas primárias e financeiras  
Resultado, resultado primário, resultado nominal  
Necessidade de financiamento, dívida pública,  
Estatísticas fiscais, política fiscal e regras fiscais  
Instituição Fiscal Independente

#### **2. Despesas da União**

Tamanho do Estado  
Benefícios previdenciários (RGPS e RPPS - civis e militares)  
Reforma previdenciária  
Despesas com pessoal e encargos  
Reforma administrativa  
Despesas sociais (LOAS, Bolsa Família, seguro desemprego e abono)  
Subsídios financeiros  
Despesas com saúde e educação  
Despesas obrigatórias e discricionárias  
Teto de gastos (cálculo, gatilhos, viabilidade e ajustes)  
Margem fiscal

#### **3. Receitas da União**

Sistema Tributário Nacional  
Carga tributária  
Composição da Carga  
Comparação internacional  
Competência tributária dos entes  
Partilha de receita entre os entes  
Distorções no sistema tributário



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Proposta de reforma tributária  
Receitas não tributárias  
Projeção de receitas  
Gastos tributários

### **4. Dívida pública**

Dívida bruta e dívida líquida  
Evolução  
Composição  
Dívida mobiliária  
Compromissadas  
Comparação com outros países  
Plano Anual de Financiamento (PAF)  
Projeções para a dívida pública  
Ativos (reservas, créditos, etc.)

Sustentabilidade da dívida pública  
Dívida estadual e municipal  
Limites para a dívida pública

### **5. Tópicos Especiais**

Balanco patrimonial da União  
Estatais  
Banco Central e Tesouro Nacional  
Federalismo fiscal  
Situação dos estados

## **5. Metodologia**

A disciplina será ministrada em caráter remoto, por meio da plataforma Teams, do Senado, com dois tipos de aulas: a) síncronas (em tempo real) e b) assíncronas:

**a) Aulas síncronas** - As aulas síncronas ocorrerão no dia e horário normal das aulas e terão os arquivos de vídeo disponibilizados *a posteriori* para aqueles que tiverem problemas de acesso no dia. O objetivo é que haja interação entre facilitadores e alunos principalmente em atividades que demandam maior grau de trocas comunicativas como seminários e laboratórios.



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

b) **Aulas assíncronicas** - As Aulas assíncronicas serão gravadas previamente ou realizadas por meio de leitura e/ou atividades a serem disponibilizadas pelo facilitador até a data de cada aula conforme cronograma. Serão disponibilizados canais paralelos para interação assíncronica, visando o esclarecimento de dúvidas ou questões levantadas pelos discentes.

c) **Exercícios dirigidos e estudos de caso** – A critério do facilitador, os alunos também realizarão, individualmente ou em grupo, exercícios de aplicação e reflexão sobre temas específicos discutidos na disciplina

O curso foi estruturado de modo a possibilitar a assimilação progressiva de conceitos, seguida da aplicação em temas fiscais mais complexos, embora atuais. As aulas são expositivas, mas dependem da participação dos alunos, algo facilitado pela atualidade dos assuntos. O tempo de cada aula (três horas) é também organizado de modo a mesclar exposição e participação, incluindo-se nesse caso os debates e esclarecimentos a respeito dos conceitos e temas vistos. Nessa parte, pretende-se também mostrar as estatísticas fiscais relativas a cada assunto.

A disciplina Introdução às Contas Públicas apresenta uma série de conceitos que serão utilizados no transcurso do curso. Ademais, a própria ordem de conceitos ensinados obedece a uma sequência lógica. Assim, as receitas e as despesas levam ao resultado que, por sua vez, resulta na necessidade de financiamento, na dívida e assim por diante. Ainda na mesma disciplina, são tratados temas que pressupõem os conceitos vistos, como política fiscal, regras fiscais e estatísticas fiscais.

Depois de verem questões e conceitos básicos, os alunos são apresentados ao detalhamento das receitas, despesas e dívida nas próximas três disciplinas. Não se trata apenas de mostrar os diferentes tipos de receita e de despesa. Alguns assuntos mais complexos afins também são apresentados. Assim, no caso da receita, aborda-se a carga tributária ou então os gastos tributários, temas que, por si só, já demandariam uma aula inteira. No caso das despesas, vê-se também temas como tamanho do Estado, subsídios creditícios e financeiras e tetos de gastos.

São todos assuntos bem atuais. Alguns analistas e políticos propõem cortar consideravelmente os gastos tributários que são espécie de desoneração tributária. Os subsídios creditícios foram atingidos por uma mudança bastante importante em 2018 que é a alteração da taxa de juros favorecida cobrada





## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

dos financiamentos concedidos para determinados setores. Trata-se de assunto de muito interesse dos parlamentares e que já foi, inclusive, objeto de mudança por meio de medida provisória. Já o teto de gastos é um dos assuntos mais tratados nas discussões a respeito da situação fiscal do país, pois estabelece limite para o aumento do gasto federal nos próximos vinte anos.

A quarta disciplina, do mesmo modo, trata de tema central no debate econômico, pois o endividamento público tem crescido de modo acentuado e representa uma grande ameaça à estabilidade da economia. É o tema conhecido como sustentabilidade da dívida pública, um dos assuntos da referida disciplina, razão de ser da introdução do teto de gastos.

A atualidade desses assuntos e o interesse que despertam provavelmente estimularão a participação dos alunos, possibilitando, a um só tempo, a integração entre conceitos e assuntos aparentemente complexos e o posicionamento mais qualificado em relação a eles. A quinta disciplina vai na mesma direção. Nesse caso, são tópicos especiais, relativamente independentes, embora tenham como ponto em comum o fato de se referirem às contas públicas. Estão entre esses tópicos temas que suscitam muita controvérsia e que, uma vez mais, possibilitam a participação ativa do aluno.

A disciplina aborda estatais e estados, no contexto do federalismo fiscal, dois assuntos muito demandados pelos parlamentares. Esses entes recebem atenção também em tópico da disciplina Dívida Pública, já que a dívida estadual é um dos assuntos mais discutidos quando se trata de finanças estaduais.

## **6. Avaliações**

### **6.1 Avaliação de aprendizagem**

Frequência: mínima em 75% das aulas;

A avaliação final será composta pela média ponderada da avaliação da participação do aluno nas cinco disciplinas, com a avaliação de trabalho desenvolvido a respeito de algum dos temas tratados no curso. O desempenho mínimo deverá alcançar a nota 7 (de 0 a 10), em cada um dos dois quesitos.

Em relação à participação, serão observados questões e posicionamento nos debates, pontualidade e assiduidade. Já em relação ao trabalho, os aspectos relevantes são adequação temática,



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

clareza de objeto, sequência lógica no desenvolvimento do tema, dados e pesquisa bibliográfica.

### **6.2 Avaliação do Curso**

Questionário preenchido pelos alunos participantes.

### **7. Inscrição dos alunos:**

Para a realização da inscrição, o aluno deverá possuir diploma de graduação, preencher ficha de inscrição e apresentar toda a documentação exigida pela COESUP/ILB.

A inscrição será realizada conforme o número de vagas, valendo, como critério, a ordem de solicitação, baseada no registro do SIGAD da tramitação do último documento solicitado.

### **8. Certificação:**

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter menção e frequências mínimas necessárias à aprovação, assim como deverá obter nota de aprovação conforme os critérios, trabalhos e datas definidas pelo facilitador

### **9. Corpo docente**

Indicado pela COESUP, com base na titulação e experiência adequadas para ministrar o curso.

### **10. Recursos**

#### **10.1. Humanos**

- Facilitador do quadro de servidores do Senado Federal.
- Coordenador do quadro de servidores do Senado Federal.
- Tratando-se de Gratificação por encargo de Cursos e Concursos, o pedido encontra-se fundamentado no art. 19 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do SF, referendado pela Resolução SF nº 40/2015.

#### **10.2. Didáticos**

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso da plataforma *Teams*, recursos audiovisuais, fóruns temáticos e exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.



**SENADO FEDERAL**

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

**10. 3. Financeiros**

As despesas com pagamento da GECC para o facilitador de aprendizagem e o coordenador do curso serão custeadas pelo TCU, conforme tabela do órgão, e repassadas diretamente aos contratados.

Brasília, 14 de setembro de 2020.

**VALÉRIA CRISTINA CASTANHO DE ALMEIDA**

Chefe do SEFOPEE

**JOSÉ FLORIANO PEREIRA LIMA FILHO**

Coordenador de Educação Superior